ARTIGOS

SOCIEDADE E ESPAÇO NO BRASIL (AS FASES DA FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA: HEGEMONIAS E CONFLITOS)

SOCIETY AND SPACE IN BRAZIL

Ruy Moreira[1]

Cinco são as fases da formação espacial brasileira, balizando as formas de relação sociedade-espaço no Brasil no tempo: a dos vetores fundacionais; a dos ciclos de assentamento; a da redivisão territorial industrial do trabalho; a da privatização da gestão e desintegração espacial do projeto nacional; e a da articulação das sociabilidades e as tendências de uma formação espacial complexa. São fases marcadas por um contraponto entre modelos comunitários, engendrados espontaneamente, e o modelo de sociedade dominante, num conflitamento que tensiona a formação espacial brasileira por dentro em caráter reiterado e permanente.

Se no longo do tempo este contraponto foi mantido às ocultas pelo modo de regulação de espaço instituído pela face hegemônica, emerge hoje à evidenciação da consciência social, liberado pela reestruturação por que passa a formação espacial brasileira como resultado da entrada do modo de produção capitalista, seu nexo estruturador, no rumo duma forma de

[1] Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

organização e regulação espacial nova. Evidenciação revelada na surgência dos seus novos sujeitos. Quais as raízes históricas e as formas de tendência dessa realidade nova que a formação espacial brasileira aos poucos revela?

OS VETORES FUNDACIONAIS

A formação espacial inicial do Brasil tem origens na ação de dois vetores da formação do território: o bandeirantismo e a expansão do gado. Caminhando em sentidos contrários, no século XVIII estes dois vetores vão encontrar-se no planalto central e assim cristalizar a matriz do arranjo da formação espacial que hoje conhecemos.

O bandeirantismo tem foco de irradiação em São Vicente e avança rumo a quatro direções: o litoral sul, seguindo pelo costeamento; o sudoeste, rumo ao território das missões jesuíticas; o oeste e noroeste, rumo aos territórios das comunidades indígenas do planalto central e da Amazônia; e o nordeste, rumo aos territórios quilombolas rebelados contra os centros canavieiros da zona da mata nordestina. São incursões apresadoras e de repressão, em cujos rastros os bandeirantes vão deixando manchas de cultivos e núcleos de futuras cidades que pontuarão a base logística da sociedade em formação.

Todavia, a inspiração real é a descoberta de minas de ouro e prata, intento perseguido tenaz e permanentemente, com o destino de cumprir na Colônia a política do metalismo que norteia todo o empreendimento colonial de Espanha e Portugal neste momento. Daí o bandeirantismo perdurar por todo o correr dos séculos XVI ao XVIII, culminando com a descoberta das minas de ouro e diamantes no planalto central-mineiro, quando então cessa. Em cada ponto para o qual se dirige, combina então o apresamento de índios e a busca da descoberta do eldorado. Estimulado pela demanda interna de trabalho escravo, que

aumenta na Colônia com o sucesso e a expansão da economia açucareira dos engenhos, o apresamento e venda de índios como escravos é o que motiva os bandeirantes em todos os seus movimentos de incursão pelo *hinterland*, não respeitando o marco legal do Tratado de Tordesilhas, pelo qual o domínio colonial português pouco vai além da faixa estreita do litoral do Atlântico (MONTEIRO, 1995; MOOG, 1966), acumulando com o tempo uma experiência de guerra, a quem recorre a classe plantacionista da zona da mata em diferentes momentos.

Neste propósito, as incursões bandeirantes avançam rumo ao litoral sul, onde suas tropas vão disputar hegemonias de território e de apresamento indígena com as tropas espanholas, que aí também agem, em nome da pertença dessas terras à Espanha segundo o Tratado de Tordesilhas. Indo para além do limite da região de Laguna, no litoral de Santa Catarina, o movimento bandeirante alarga os domínios da Colônia portuguesa, ao tempo que garante a mercadoria escrava que o motiva. É mais rico de possibilidades, todavia, o apresamento nas missões jesuíticas, que reúnem numerosa população de índios guaranis, aldeados, desde 1610, em terras do atual Paraguai, Argentina e Rio Grande do Sul. Uma seqüência de conflitos atravessa a história das relações de bandeirantes e a região missioneira, que leva, por fim, à dissolução e dispersão das comunidades no século XVIII, em 1768, quando são extintas. Mas também são grandes atrativos as aldeias espalhadas pela imensidão dos sertões do Centro-Oeste e da Amazônia, focos preferidos da ação de apresamento para muitas tropas de bandeirantes por seu menor poder de resistência e coincidir com a possibilidade de descoberta de metais preciosos, unindo apresamento e descoberta num só movimento (HOLANDA, 1976 e 1986). Fogem a este escopo, porém, as incursões dos bandeirantes à região do Nordeste açucareiro (PUNTONI, 2002). Seguidamente derrotados em campos de batalha pelos negros escravos organizados nos quilombos, de que Palmares ficou como grande símbolo, a elite

açucareira dos engenhos da Zona da Mata convoca os serviços do capitão-de-guerra Domingos Jorge Velho, esgarçando-se uma série de confrontos que culmina com a morte de Zumbi em 1695 e a derrota dos palmarinos, encerrando um período de revoltas de escravos no Nordeste que dura desde 1597.

Os quilombos e as missões jesuíticas são contrapontos ao modelo de sociedade que Portugal institui na Colônia, as missões jesuíticas desde seus começos de implantação e os quilombos quando o modelo já é uma forma de sociedade consolidada. São, ambas, modelos comunitários de sociedade que se contrapõem ao modelo escravista que se implanta na América Portuguesa (CARNEIRO, 1966; e LUGON, 1968). Dado essa estrutura e organização por isso mesmo resistem longamente às investidas de sua extinção, Palmares durando 98 anos (1597-1695) e as missões 158 anos (1610-1768), só desaparecendo no correr da segunda fase da formação espacial brasileira, quase ao mesmo tempo e pelas mesmas mãos. Mas esta é uma fase pontilhada também de inúmeras rebeliões indígenas, algumas com estruturas de organização que lembram as missões e os quilombos, como a Confederação dos Tamoios, entre 1554 e 1567, no litoral do Estado do Rio de Janeiro (QUINTILIANO, s/d) e a revolta de Ajuricaba, entre 1723 e 1727, na Amazônia (BRUNO, 1961).

As trilhas do gado seguem em sentido contrário ao vetor bandeirante. Seu ponto de origem é a região açucareira da Zona da Mata, com ponto de referência em Pernambuco, de onde, na forma de ondas, a pecuária bovina avança rumo aos limites ocidentais do sertão nordestino no Piauí e Ceará, na direção oeste, e aos limites do planalto central, através da calha do rio São Francisco, na direção sul. Tal como no caminho dos bandeirantes, uma diversidade de pontos de parada vai dando origem a manchas de cultivos e de vilas de onde irão brotando os centros de referência da ocupação e formação do território.

Neste mister, o movimento bandeirante e o movimento de expansão do gado forçam o deslocamento das fronteiras formais do

Tratado de Tordesilhas, empurrando os limites legais crescentemente para os confins do *hinterland*, forjando o domínio que o Tratado de Madrid, de 1730, irá consagrar como o novo recorte de fronteira das colônias de Portugal e Espanha, praticamente riscando o desenho do território brasileiro de hoje (PEREGALLI, 1997).

OS CICLOS DE ASSENTAMENTO

O desenho combinado das trilhas bandeirante e pastoril traça os grandes riscos de linha da tela em cujos interstícios o pincel discreto da história se incumbirá de desenhar em grandes manchas de tinta as paisagens com que a sociedade brasileira inscreverá o seu espaço. As grandes paisagens, que a discrição da história paciente e incansavelmente desde então vai desenhando, são os frutos de nossa evolução em seis grandes ciclos de espaço-tempo: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, gado, borracha e café (NORMANO, 1975 [1938]; DIEGUES, 1960).

Ponto essencial desse processo, esse plano geral de linhas e cores das paisagens é o plano-guia de ocupação efetiva, o roteiro dos assentamentos que os ciclos vão aqui e ali plantando no espaço. As trilhas dos bandeirantes e do gado, ora dos rios e ora dos interflúvios - para o gado também as grandes superfícies planas do planalto, onde avança como uma mancha de óleo -, orientam a pontuação dos assentamentos da população e das atividades econômicas, no correr dos ciclos. Os vales dos rios merecem o privilégio.

Primeiro momento dos ciclos da ocupação do território, o ciclo do pau-brasil inicia a história da formação espacial brasileira. Vigora no correr dos séculos XVI e XVII e tem por domínio de abrangência a estreita faixa da franja costeira da mata atlântica, do Rio Grande do Norte ao norte do Rio de Janeiro. A extração do pau-brasil, cuja madeira, de seiva vermelha, será enviada à Europa para a produção de corante,

dá origem às primeiras áreas de ocupação da Colônia. Instaladas como feitorias, essas áreas fundam a toponímia e antecipam a depredação do meio ambiente como política colonial, deixando atrás de si terra arrasada como herança para a história das relações da sociedade com o seu espaço no Brasil.

Entretanto, é com o ciclo da cana-de-açúcar que começa efetivamente o processo da ocupação e formação espacial da Colônia. Sua área de localização privilegiada é a zona da mata nordestina, onde se instala em 1532, com o tempo se multiplicando por novas áreas da mata atlântica, particularmente no norte do Estado do Rio de Janeiro e em São Vicente, o pólo de irradiação do bandeirantismo, em São Paulo. O ciclo da cana institui a sociedade agrária como modelo de sociedade no Brasil, diferentemente da política de ocupação espanhola, que, por encontrar de imediato as minas de ouro e prata que representavam a ambição colonial das metrópoles, institui como modelo uma sociedade mineradora e urbana nas terras da espanoamérica. O caráter agrário e mercantil substanciará o conteúdo social da formação espacial brasileira desde o começo, num contraste com a essência mineiro-urbana da formação espacial da América hispânica.

No século XVIII, finalmente encontrado o ouro e os diamantes que desde o início o projeto colonial intentara, a formação espacial colonial experimenta uma ligeira mas substantiva mudança. Inicia-se o ciclo da mineração, que transfere o centro de gravidade da ocupação do litoral para o interior, instalando-o nas áreas ricas de mineração que se multiplicam pelos planaltos central e mineiro, e troca o caráter agrário pelo mineiro-urbano da formação colonial, encerrando a fase do bandeirantismo e de expansão do gado. Esse deslocamento de conteúdo e localização do centro de gravidade dura apenas até o final do século, quando se encerra o ciclo, restando a cultura de uma vida urbana que doravante terá efeitos profundos e de alta importância nas relações da Colônia.

O encerramento precoce do ciclo da mineração - dura menos de um século - devolve o centro de referência da vida de volta aos núcleos açucareiros do litoral, ao tempo que inicia nas antigas áreas mineiras o ciclo do gado. O ciclo do gado é a culminância das ondas de deslocamento de rebanhos provenientes de duas áreas extremas da Colônia: o sertão do Nordeste e os campos do Sul, atraídos para o planalto central-mineiro pela demanda de alimentos criada pelo ciclo da mineração. É dos centros açucareiros que sai inicialmente o rebanho nordestino que, subindo o vale do São Francisco, chega e se espalha pelas áreas de vegetação de cerrado, em busca dos mercados formados pelos núcleos urbanos da mineração. Aí, se encontra com o rebanho sulino vindo da região do pampa, atraído pela mesma demanda. Estes deslocamentos, um vindo do Nordeste e outro do Sul, colmatam e povoam no seu caminho a enorme diversidade de sertões que forma o então *hinterland*, desde o pampa, ao cerrado e à caatinga, de modo que, centrado no planalto central-mineiro, o ciclo do gado terá por real abrangência toda a imensidão do sertão brasileiro formado pelas áreas de vegetação campestre do pampa, do planalto central e do planalto nordestino, numa faixa quase contínua e alongada do *hinterland* no sentido da latitude. E com isso sedimenta e consolida como espaço o território da Colônia estabelecido pelo Tratado de Madrid de 1730.

O final do século XVIII é fase também do ciclo da borracha, que vai ocorrer na região de florestas do vale do Amazonas. Até este final de século, e em paralelo aos ciclos do pau-brasil, da cana e dos metais preciosos, vige no Norte o ciclo das drogas do sertão. A instituição de aldeamentos indígenas, pelo trabalho de aculturação dos jesuítas, instaura a atividade do extrativismo como modo de vida dominante ao longo de todo o vale. Este ciclo se esgota nos finais do século XVIII, quando é substituído pelo da extração da borracha, o novo ciclo reorganizando a economia regional como um todo. O ciclo da borracha cria

um novo modo de vida, atraindo imigrantes do sertão nordestino, assolados pelas secas do final do século, alterando as relações existentes e formatando a relação de exploração da floresta em função do novo empreendimento.

O café, o último dos ciclos, domina o século XIX e as primeiras décadas do século XX, com epicentro no planalto de São Paulo. Instaurado inicialmente nas matas dos maciços interiores da cidade do Rio de Janeiro, daí se expande para se instalar nas áreas florestadas da serra do Mar e do vale do Paraíba, nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para, por fim, chegar ao planalto paulista, quando então atinge seu clímax. O ciclo do café sustenta e faz inúmeras transições, da colônia para a independência, da escravidão para o capitalismo e da monarquia para a república, assim antecipando o momento instaurador da grande transformação que ocorrerá na formação espacial brasileira com o advento da industrialização e urbanização do agora país.

Essa seqüência de ciclos implanta pois o formato de ocupação e assentamento econômico e demográfico da formação espacial brasileira. E cria o padrão do arranjo espacial que irá vigorar até meados do século XX, em que a lavoura ocupa as áreas de floresta e a pecuária as de vegetação aberta, num arranjo diferenciado em três grandes faixas de sentido latitudinal, dispostas no sentido do litoral para o norte amazônico: a de lavouras e ocupações urbanas da região de mata atlântica, disposta ao longo e em paralelo ao litoral; a de pecuária das áreas dos sertões, dispostas em faixa latitudinal quase contínua da caatinga nordestina ao pampa riograndense, com a imensidão do sertão dos cerrados no meio; e a do extrativismo vegetal da Amazônia, fechando o mapa no sentido do extremo oeste-norte. A ocupação demográfica reproduz essa ocupação sócio-econômica em três grandes faixas, também variando do atlântico ao vale do Amazonas, com maior densidade na faixa atlântica e intensidade sucessivamente menor até minguar e mostrar-se rala na faixa extrativista do extremo norte.

É nesse longo período dos ciclos que se implanta o modelo de sociedade brasileira como uma sociedade concentradora e excludente, levantando uma seqüência de movimentos insurrecionais, voltados para o propósito de experimentar um modelo comunitário de sociedade, em contraposição ao modelo escravista, latifundiário e monocultor dominante: o modelo dos quilombos, localizado em vários lugares, com núcleo maior nas áreas montanhosas do agreste alagoano-pernambucano, entre 1597 e 1695 (CARNEIRO, 1966; e REIS e GOMES, 1996), no período do ciclo da cana; o modelo dos cabanos, entre 1835 e 1840, localizado na Amazônia (ROCQUE, 1984; e DI PAOLO, 1985), no período de transição do ciclo das drogas para o ciclo da borracha; e o modelo de Canudos, entre 1893 e 1897, localizado no sertão norte da Bahia, na transição da monarquia para a república (CUNHA, 1995 [1901]; e MONIZ, 1978), além do modelo do Contestado, entre 1912 e 1916, localizado no oeste de Santa Catarina (GALLO, 1999; e DERENGOSKI, 2000), em pleno período do ciclo cafeeiro. Todos reprimidos e dissolvidos pelo sistema dominante, à semelhança da experiência comunitária das missões jesuíticas, na fase do ciclo do bandeirantismo.

De um modo geral, são experiências de constituição de um outro modelo de sociedade que vicejam na fímbria da instituição do modelo hegemônico da formação espacial brasileira e por isso mesmo se multiplicam, principalmente, na transição do regime escravista para o capitalista, que domina o transcorrer do século XIX. A estrutura binomial latifúndio-minifúndio, existente desde o tempo colonial, e que se institui como base organizativa do período da transição, período que se estende dos anos 1850 aos anos 1950, por cem anos, e assemelhar-se-ía a uma fase de acumulação primitiva no Brasil, parece vir no sentido de neutralizá-las e arrefecê-las.

A DIVISÃO TERRITORIAL INDUSTRIAL DO TRABALHO

O século XX encontra a matriz da formação espacial brasileira fundamentalmente completada e consolidada em seu processo de constituição territorial e cartográfica. E será essa matriz a base de que o Estado nacional, doravante o regulador do desenvolvimento, partirá para esgotar e ultrapassar a fase dos ciclos, no rumo da industrialização. Caracteriza-a a diferenciação de áreas, seja por sua arrumação em faixas e seja pela arrumação nas diferentes regiões originadas ciclo a ciclo. A diferenciação regional, em particular, terá fundamental importância para o desenvolvimento da indústria, dado o caráter de uma divisão territorial de trabalho em que ela é transformada pelo Estado, com o fim de dela extrair as divisas de exportação necessárias ao desenvolvimento industrial.

Distinguem-se a fase pré e a fase industrial da formação espacial brasileira agora em construção. A década de 1950 é o marco temporal de passagem.

A industrialização tem seu fomento na passagem do modelo de economia "para fora" para o de uma economia "para dentro" (TAVARES, 1972). Até os anos 50 a indústria utiliza em seu crescimento a economia de produção regional para fora, legada dos ciclos coloniais, crescendo com o consumo de suas divisas, que usa para financiar a formação do capital inicial das indústrias, na forma da importação de matérias-primas e equipamentos. Após os anos 50, encontra-se já desenvolvida e centrando a formação espacial brasileira, no âmbito de uma organização espacial por ela inteiramente produzida e transformada, e obediente à sua lógica intrínseca de mercado. Oliveira designa transformação de "uma economia regional nacionalmente organizada", a da formação espacial herdada do período dos ciclos de espaço-tempo, para uma "economia nacional, regionalmente organizada", nome da formação espacial do presente, a essa passagem referenciada no antes e depois dos anos 50 (OLIVEIRA, 1984, 1987 e 1988).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado passa então a reger a nova formação, progressivamente desigualando e invertendo a forma das relações espaciais até então existente. O campo passa o comando para a cidade, as regiões passam o comando para o Sudeste e as indústrias regionais passam o comando para a concentração em São Paulo, assim se reorientando a regulação e o ordenamento espacial no interior da formação. Essa metamorfose, acontecida na formação espacial brasileira já dentro de sua fase industrial, segue, todavia, dois distintos momentos. Primeiramente, a industrialização arranca e ultrapassa nessa arrancada a economia regional herdada da matriz dos ciclos, a seguir dissolvendo-a, ao atingir o seu auge, para reorganizar o espaço numa nova divisão de trabalho de tipo avançado. Isto significa dois distintos momentos de divisão territorial do trabalho industrial: aquele da conversão pura e simples que responderá por sua arrancada e aquele seguinte da redivisão que irá caracterizar a organização espacial do seu auge. A primeira divisão territorial do trabalho faz a dissolução da fase da formação espacial onde o campo comanda ainda a cidade, as indústrias são ainda de bens de consumo e por isso encontram-se instaladas em praticamente todas regiões (coladas em suas respectivas economias agrárias), e a concentração industrial em São Paulo não é um traço distintivo ainda. A segunda divisão territorial do trabalho é a da consolidação do arranjo do campo comandado pela cidade e da indústria e do espaço nacional comandado por São Paulo (MOREIRA, 2004).

Uma ampla base de infraestrutura para tanto deve ser instalada, que traga os meios de transporte, de comunicação e de transmissão de energia, organizados numa vasta rede de circulação, visando a que tudo convirja para a instauração do comando da cidade sobre o campo e da indústria paulista sobre o espaço nacional total.

No geral, a rede que a urbano-industrialização promove é a mesma das trilhas do bandeirantismo e da expansão do gado, porém orientada agora para outra direção de relações e propósito, com impacto em geral negativo para os núcleos iniciais

de assentamento e suas localizações. Ali por onde passa o eixo modernizante da urbano-industrialização, os velhos núcleos de assentamento são encarados como de efeito inercial, não raro a industrialização dissolvendo-os, desalojando seus habitantes ou mesmo extinguindo seus espaços.

De modo que esse é um período dominado por grandes conflitos, não mais do tipo dos confrontamentos de modelos comunitário-latifundiário do passado, mas aqueles advindos dos reordenamentos, tendo lugar conflitos de ordem rural, urbana e regional.

Nos conflitos rurais opõem-se grandes proprietários e camponeses ao redor da questão da reforma agrária. A forte concentração da propriedade rural herdada do período colonial, e que atravessa sem mudança as transformações fundamentais do século XIX - a independência, a abolição da escravatura e a república - agora é questionada por um campesinato que começa a ser expulso do campo por conta das mudanças com que a agropecuária responde às demandas urbanas e da industrialização, reagindo o campesinato com a pressão pela partilha e redistribuição mais equânime da propriedade rural, que equilibre as relações no campo e modernize socialmente as relações agrárias. O apoio dos segmentos sociais da cidade que vêem um rebatimento positivo da reivindicação dos camponeses no seu modo de vida urbano - caso dos trabalhadores, com sua pauta de emprego, salários e moradia - e no alargamento do mercado - caso dos industriais, preocupados com os limites do mercado interno para seus produtos -, nacionaliza o movimento do campesinato por reforma agrária e faz dele uma bandeira de confrontos das mais fortes.

Nos conflitos urbanos opõem-se capital e trabalho, com pano de fundo no mundo da indústria, numa pauta de reivindicações do operariado em que predomina o pleito igualmente de mudança estrutural: reforma urbana, que redistribua a terra e garanta o direito à moradia na cidade; redistribuição da renda, que reduza a desigualdade da riqueza;

e estabilidade no emprego e ampliação da seguridade social, que estabeleça um modo de vida mais apropriado. Demandas que o patronato industrial ambiguamente vê como pressão contra o capital e ao mesmo tempo favorável, na medida que fortaleça o mercado sem o qual o desenvolvimento da economia fica obstaculizado. São pontos que se somam à grande reivindicação da reforma agrária. Todos pleitos que remetem a uma radical reformulação dos privilégios da formação espacial passada e antepostos à formação do presente, considerado o interesse da urbanização e da indústria.

Nos conflitos inter-regionais, por fim, pontuam as dissonâncias entre as velhas oligarquias rurais regionais e as novas nascidas da urbano-industrialização, acentuada pela passagem da velha para a nova divisão inter-regional do trabalho, ressaltando em particular o contraste que então se estabelece entre Sudeste e Nordeste.

Todos esses conflitos expressam a passagem de uma formação para outra e a necessidade de sedimentar-se a regulação correspondente. A forte concentração da economia industrial no pólo paulista, a subordinação das atividades regionais à performance econômica da indústria concentrada em São Paulo, a canalização e transferência de meios de uma região para outra e a disparidade do desenvolvimento entre o campo e a cidade, são todos conflitos referidos à forma de regulação espacial, conflitos que ocorrem praticamente nas linhas de clivagem dos recortes territoriais que demarcam a relação cidade-campo, região-região e cidade-espaço. E são as políticas territoriais do Estado, via ação superestrutural e políticas de infra-estrutura, que regulam esses conflitos, canalizando-lhes as energias para a integração e desenvolvimento da formação espacial no seu todo.

A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESPAÇO E DESINTEGRAÇÃO DO PROJETO NACIONAL

A resposta desses confrontos não vem, no entanto, pelo viés das reformas, mas de uma reordenação espacial, que orienta o desenvolvimento na linha de uma modernização conservadora. Estratégia de ação que usa da rearrumação do espaço no lugar da transformação estrutural da sociedade demandada pelos movimentos pró-reformas de base do período da industrialização, a modernização conservadora afeta e altera de modo ainda mais radical o mapa dos assentamentos, introduzindo na formação espacial brasileira um período de desarrumação demográfica e sócio-ambiental anteriormente nunca vistos (GUSMÃO, 1990).

É a reestruturação do espaço brasileiro (MOREIRA, 2003). De que a década de 1970 é o marco temporal.

Três eixos seguem esta reestruturação: a modernização da agricultura, a redistribuição territorial da indústria e a despatrimonialização-desestatização que privatiza a gestão do espaço.

A reestruturação começa pela modernização da agropecuária, que tem na expansão da sojicultura para as áreas do cerrado o seu carro-chefe. Esta expansão, todavia, é anterior aos anos 70, relacionando-se à migração de pequenos produtores das regiões de colonização alemã e italiana do Sul para a calha do rio Paraná, buscando reassentar-se no noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná, afetados em suas propriedades pelo desenvolvimento da agricultura gaúcha, motivada pela industrialização de São Paulo, e pela acentuada fragmentação da propriedade relacionada às seguidas transmissões de heranças. Premidos por essas dificuldades, esses pequenos produtores empreendem um movimento de migração, que nos anos 60-70 chega ao Mato Grosso, e que os governos militares aproveitam para orientar no sentido da política de colonização da fronteira amazônica. É o Estado que está por trás da geração de uma técnica agronômica de uso dos solos dos cerrados pela EMBRAPA,

que estimula o movimento migratório e abre esta área para a implementação agrícola em grande escala. E, ainda, da estratégia de desenvolvimento do setor de indústria para a agricultura, que leva a mecanização da agricultura a acelerar-se em toda a região. Em poucas décadas, a soja toma conta do cerrado.

A política dos grandes projetos, estratégia de desconcentração industrial, coincide com essa fase de aceleração da modernização agrícola. Consiste essa política em transferir para o arco de periferia do país as indústrias de bens intermediários, implementando-as na forma de grandes pólos mínero-industriais, muitos dos quais vão instalar-se nas áreas da fronteira agrícola, a exemplo do pólo Grande Carajás, um enorme centro mínero-florestal-siderúrgico instalado na província ferrífera de Carajás, no Sudeste do Pará, voltado para a produção de lingotes de ferro para exportação, apoiado em alto consumo de lenha extraída da floresta amazônica. O suporte dessa implementação combinada de modernização agrícola e desconcentração industrial é uma política de ampliação para as áreas do Centro-Oeste e da Amazônia da implantação de meios de transporte, comunicação e transmissão de energia elétrica que vinha sendo implementada no Sudeste desde os anos 50-60. Um número crescente de grandes usinas hidrelétricas, torres de transmissão de energia e longos eixos de transporte por rodovias cobre e integra em rede essas áreas aos centros de comando do Sudeste, articulando e unificando todo o território nacional com referência nesses centros. A origem da desconcentração industrial é, entretanto, a deseconomia de aglomeração, que afeta a concentração urbana e industrial da grande São Paulo nos anos 70, provocada pelo acúmulo de um conjunto de conflitos - dos conflitos do trabalho aos conflitos ambientais -, que pressiona pela desconcentração da indústria, que irá ocorrer, em São Paulo, via interiorização, e em nível nacional, pela política dos pólos.

Nas décadas de 80-90 o espaço brasileiro assim se redesenha e se descomprime. As atividades agrícolas, pecuárias

e industriais estão agora mais disseminadas. A rede de transporte, comunicação e linhas de transmissão de energia mais difundidas. E, como efeito, a população, as cidades e as trocas comerciais amplamente redistribuídas por todo o território.

Assim, a matriz segundo a qual a formação espacial brasileira até então se organizara ganha novo formato. Já não mais são as faixas de sentido litoral-interior e as regiões oriundas dos ciclos as formas da diferenciação de áreas. As paisagens se dissolvem e se misturam: a lavoura passa a ser feita nas áreas de vegetação campestre e o gado nas antigas áreas de matas. E a forma de regulação desfaz-se, num movimento institucional de desmonte e remonte, com duas principais conseqüências: 1) a desarrumação socioambiental do país em ampla escala; e 2) o desalojamento, expulsão e desterritorialização da população dos velhos nichos de assentamento. Ambos com ocorrência no campo e na cidade.

Os efeitos socioambientais são conhecidos (MOREIRA, 2003b). Peguemos três exemplos. A combinação de modernização monoagrícola, grandes usinas hidrelétricas e grandes pólos de produção mínero-industrial, validada como política territorial para todo o país, nacionaliza o problema ambiental antes concentrado nas grandes regiões industriais do Sudeste. A propagação da soja pelo topo dos chapadões do planalto central sobre a base da mecanização e consumação de água para irrigação tirada dos lençóis subterrâneos a grandes profundidades e em grande escala, esgota as reservas hídricas, submete os solos a intensos desgastes, assoreia e altera a rede de drenagem, desorganizando o ecossistema do cerrado. E, por fim, a opção pelo transporte rodoviário, destinado a favorecer o escoamento dos grãos e da madeira, intensamente explorada junto à ocupação predatória do cerrado e da floresta, reforça a desarrumação socioambiental que já vem na esteira da ocupação rodoviária do Centro e do Norte desde a abertura da Belém-Brasília, ainda na década de 60 (VALVERDE e DIAS, 1967; e VALVERDE, 1979).

Bem como são conhecidos os efeitos sociais. Nas áreas rurais, o melhor exemplo é o desalojamento dos assentamentos onde as populações se localizavam desde os pontos de trilhas do bandeirantismo e da expansão do gado, com seus embriões de vilas e comunidades rurais localizadas no fundo dos vales dos rios, pelos lagos de barragem das usinas. Os lagos inundam as áreas justamente desses antigos assentamentos, expulsam as comunidades indígenas e camponesas de seus lugares históricos e forçam-nas a ter de reinventar seus modos de vida em ambientes totalmente distintos aos seus, multiplicando a população dos camponeses sem-terra, indígenas, barrageiros e desempregados do campo. Nas áreas urbanas, os desalojados são os trabalhadores despedidos de suas ocupações e empregos pela chamada flexibilização do trabalho, dividindo a população trabalhadora urbana em população do trabalho formal e informal quase simetricamente, num volume de trabalhadores informais até então desconhecido na realidade social brasileira (KRAYCHETE, 2000).

Essa combinação de efeitos no campo e na cidade desterritorializa e torna flutuante grande massa de população, que no campo vai alimentar a pressão dos sem-terra por novos assentamentos e na cidade a pressão por empregos urbanos para onde migra em levas sucessivas. Uma população flutuante para a qual reinventar os modos de vida torna-se uma imperiosa necessidade.

Há, assim, um movimento de (des)regulação em marcha, e que a política de privatização das empresas estatais dos anos 80-90 transforma na instituição da gestão privada do território. Responsável pelas empresas atuantes nos ramos estratégicos da infra-estrutura e de bens intermediários, chaves no comando da economia, a exemplo das empresas estatais organizadoras e gestoras do pólos mínero-industriais implantados no correr dos anos 80-90, a privatização dessas empresas privatiza a gestão das suas respectivas áreas. Quando somados seus espaços aos da cultura da soja, centrados no poder das grandes propriedades, a

escala da privatização da gestão do espaço se torna um fato de abrangência nacional. O poder dessas empresas fatia o controle do território, desvincula sua administração do Estado, define por sua lógica de mercado a lógica da regulação do espaço, e, por essa via, dissocia a formação espacial brasileira do projeto nacional que até determinara o seu conteúdo.

A ARTICULAÇÃO DAS SOCIABILIDADES E AS TENDÊNCIAS DE UMA FORMAÇÃO ESPACIAL COMPLEXA

A privatização da gestão do território desmonta a forma histórica de regulação do espaço até então associada à ação pública do Estado e institui como nova forma uma combinação privado-pública e setorial-global de gestão, em que a face privada e setorial se expressa na intervenção simbiótica das empresas e das Agências de Regulação e a face pública e global na intervenção paralela do Estado e dessas mesmas Agências.

As Agências Reguladoras são o dado novo do esquema de gestão da formação espacial brasileira. Criadas uma para cada setor chave da economia (as primeiras das quais foram a ANP, a ANATEL, a ANEEL e a ANTT, reguladoras, respectivamente, do setor do petróleo, das telecomunicações, da energia elétrica e dos transportes terrestres, os setores estratégicos da regulação do espaço), fazem elas um arremedo de gestão público-privado com o Estado.

Assim, uma vez que o planejamento global com que o Estado intervinha desde os anos 40-50 é substituído pela ação fragmentada por setores, a ação passando a ser levada por esta combinação de público-privado com conveniente aparência de sociedade civil, o Estado recua para a função de gestão e levantamento dos recursos financeiros, em parceria com o capital privado (estratégia das PPPs - Parcerias Público-Privadas), deixando para as Agências a função da execução e fiscalização das políticas territoriais, num *mix* de

representações ao qual cabe por hipótese a tarefa de pensar e gerir o todo da nova formação espacial assim criada.

Todo um momento se abre nessa conjuminação de nova regra de regulação e flutuação em escala crescente de uma população desalojada dos assentamentos de onde tirava uma estabilidade relativa de modo de vida. De um lado, um mecanismo novo de regulação que só assegura estabilidade para o capital em sua busca de novos nichos de lucro. De outro, um quadro de institucionalidade do qual parte em restrição crescente da sociedade compartilha. São os dois modos como o novo formato da formação espacial brasileira chega aos seus diferentes segmentos de população. Como num momento novo, essa (des)regulação entra na vida do capital tal qual um bicho voraz que sacode suas teias, oferecendo-lhe o espaço-tempo de reorganização institucional de suas estruturas. Assim, descarta as componentes que pesam nos seus custos, realinha os vetores de sua política e traça o momento novo de sua cartografia. Mas como num processo de brecha, todavia, solta ela as amarras que prendiam a criatividade do trabalho, liberando as energias da gestão popular para a emergência de formas espontâneas de auto-regulação, dando asas ao desenvolvimento de formas coletivas e individuais de organização da produção e de vida antes amortecidas ou presas no âmbito da regulação antiga, de capacidade de intervenção insuspeitadas.

Tudo indica tratar-se de uma nova fase de contraponto, cujos personagens são melhor exemplificados, de um lado, com os complexos agro-industriais (ARAÚJO, WEDEKIN e PINAZZA, s/d; PINAZZA e ARAÚJO, 1993; LOPES, 1996; e BELIK, 2001), que são a nova face dos monopólios, e, de outro lado, com as formas urbanas de economia popular (REIJNTJES, HAVERKORT e WATERS-BAYER (orgs), 1999; KREYCHETE, LARA e COSTA (orgs.), 2000; GAIGER, 2004; e PACHECO, 2004), a face das experiências comunitárias que reemergem. Contraponto que encaminha a formação espacial brasileira rumo ao formato de um complexo

de sociabilidades, em que, de modo claramente explícito, coexistem a sociabilidade capitalista e as formas de sociabilidade não-capitalista, num quadro indicativo da entrada da formação espacial brasileira num momento de perfil societário ainda incerto, mas que sugere a possibilidade de caminhos e sujeitos novos de sua organização (MOREIRA, 2005). São novos o paradigma do trabalho e da política, novos em face da regulação do espaço.

O complexo agro-industrial é sem dúvida a expressão mais evidente do novo rumo da organização da formação espacial brasileira pelo lado das classes hegemônicas. É uma economia indicativa da organização da sociedade e do espaço segundo padrões de regulação marcados pela ausência da divisão territorial do trabalho, de um lado, e do Estado, de outro lado, ilustrando o desaparecimento justamente das estruturas reguladoras das ações e dos ordenamentos do recente passado. E, assim, a forma que melhor encarna os efeitos da nova base material trazida à organização da produção e do trabalho no modo de produção capitalista pela era técnica da terceira revolução industrial, cujo epicentro são a microeletrônica e a engenharia genética, e seu acontecimento num momento de hegemonia do capital de caráter eminentemente rentista, tal como previsto por Bukarin em sua teoria da economia mundial capitalista nos começos do século XX (BUKARIN, s/d). Para além da fusão da agricultura e da indústria, no complexo agro-industrial fundem-se, numa única estrutura de produção e trabalho, os setores da agricultura, das indústrias, dos serviços e da pesquisa-tecnologia, eliminando as separações setoriais (em setores primário, secundário, terciário e quaternário) e espaciais (em cidade e campo; e cidade e região), e introduzindo um novo modo de organização espacial das sociedades, novo porque sem as separações que segmentavam territorialmente as formações espaciais capitalistas. Então, as segmentações territoriais formam-se, agora, no plano da relação entre os corpos globais das empresas, não mais entre os setores de especialização da economia, todos os setores juntando-se,

fundidos, numa só empresa e numa mesma estrutura em rede de espaço. O equivalente na "ponta urbana" do complexo agro-industrial é o complexo empresarial que junta a produtora, a revendedora e a financiadora como um só domínio de empresa, socializando o modelo de realização do valor do ramo das montadoras de automóveis para todos os ramos de indústria, e levando esta a se estruturar nesse molde em que produção, venda e financiamento se ligam numa só unidade corporativa, eliminando as fronteiras e demarcações que separavam esses elos numa geografia segmentada de gestão e do trabalho, e entregando a gestão do negócio inteiramente ao capital rentista, representado na agência de financiamento do grupo. Daí dizer-se que o espaço tornou-se uma rede de redes. Um nome apropriado para o espaço dos complexos.

Assim também, a economia em comum é a expressão mais evidente do lado popular. Daí a liberação, tanto no campo quanto na cidade, das formas de sociabilidade até então ocultadas nos velhos nichos de assentamento. No campo, elas aparecem na evidenciação dos conhecimentos populares há séculos contrados na relação de biodiversidade, e, nas cidades, sob o termo genérico de trabalho informal. E, daí, a multiplicação, na cidade e no campo, das formas de economia popular, ora designadas de economia dos setores populares e ora de economia solidária (KREYCHETE, 2000; E CORAGGIO, 2000), que despontam da reestruturação capitalista, e cuja natureza é o antigo modo de produção mercantil simples (SINGER, 2000), supostamente extinto na história. São formas de produção e trabalho que tomam por braço de apoio, nessa reemergência e caminhada para consolidação, movimentos sociais organizados como o MST (FERNANDES, 2000) e a CUT (NETO e GIANNOTI, 1993), estes dois particularmente, para estabelecer seu confronto com a sociedade modelada nos complexos (SOUZA, CUNHA e DAKUZAKU, 2003).

CONCLUSÃO

Ao fazer desaparecer as divisões que distinguiam e separavam cidade e campo, região e região, e cidade e região, e justificavam a necessidade da regulação que as unificasse por baixo do Estado, ou, dizendo de outro modo, ao dissolver a fronteira das relações cidade e campo, região-região e cidade-região, superando a divisão territorial do trabalho criada pela indústria nos anos 50-60 para ser o padrão de organização espacial da formação capitalista, naquilo que a nova base material do capitalismo lhe traz de apoio, a regulação privada do espaço abre para virem à tona sujeitos novos e formas novas dos antigos sujeitos da história, e essas emergências trazem um modo novo de contraponto e embaralham a formação espacial brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ney Bittencourt, WEDEKIN, Ivan e PINAZZA, Luiz Antonio. s/d. *Complexo Agroindustrial. O "agribusiness" brasileiro.* São Paulo/Rio de Janeiro: Suma Econômica

BELIK, Walter. 2001. *Muito Além da Porteira. Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil.* Campinas: UNICAMP/IE

BRUNO, Ernani Silva. 1961. *História do Brasil Geral e Regional. Amazônia - volume I.* São Paulo: Editora Cultrix

BUKARIN, N. s/d [1913]. *O Imperialismo e a Economia Mundial. Análise econômica.* Rio de Janeiro: Editora Melso

CARNEIRO, Edson. 1966. *O Quilombo dos Palmares.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

CORAGGIO, José Luís. 2000. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.* Rio de Janeiro: Editora Vozes.

CUNHA, Euclides. 1995 [1901]. *Os Sertões. Campanha de Canudos.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves

DERENGOSKI, Paulo Ramos. 2000. *Guerra no Contestado.* Florianópolis: Editora Insular

DI PAOLO, Pasquale. 1985. *Cabanagem. A revolução popular na Amazônia.* Belém: Conselho Estadual da Cultura do Pará

FERNANDES, Bernardo Mançano. 2000. *A formação do MST no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Vozes

GAIGER, Luiz Inácio. 2004. *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS/Rede Unitrabalho

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. 1999. *O Contestado. O sonho do milênio igualitário.* Campinas: Editora da UNICAMP

GUSMÃO, Rivaldo Pinto (Coord). 1990. *Diagnóstico Brasil: a ocupação do território e o meio ambiente.* Rio de Janeiro: IBGE

HOLANDA, Sérgio Buarque. 1976. *Monções.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

_____.1986. *O Extremo-Oeste.* São Paulo: Editora Brasiliense

KRAYCHETE, Gabriel. 2000. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.* Rio de Janeiro: Editora Vozes.

KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). 2000. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.* Rio de Janeiro: Editora Vozes

LOPES, Mauro de Rezende. 1966. *Agricultura Política. História dos grupos de interesse na agricultura.* Brasília: EMBRAPA/SPI

LUGON, C. 1968. *A República Comunista Cristã dos Guaranis.* Rio de Janeiro: Paz e Terra

MONIZ, Edmundo. 1978. *A Guerra Social de Canudos.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

MONTEIRO, John Manuel. 1995. *Negro da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras

MOOG, Vianna. 1966. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

MOREIRA, Ruy. 2005. *Sociabilidade e Espaço. As formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial - um estudo de tendências*. São Paulo: X EGAL

_____. 2004. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In LIMONAD, Ester (org.), *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, Processos e escalas*. Niterói: PPGEO-UFF/ NERET/Max Limonad

_____. 2003a. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. In MOREIRA, Ruy (org.) *A Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: PPPEG-UFF/NERET/GECEL

_____. 2003b. Modelo Industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. In *GEOgraphia*, ano V, número 9. Niterói: PPGEO-UFF

NETO, Sebastião L. e GIANNOTI, Vito (orgs.). 1993. *Para Onde Vai a CUT?* São Paulo: Scritta Editorial

OLIVEIRA, Francisco. 1984. Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In *A Economia da Dependência Perfeita*. 4ª edição (1ª edição: 1977) Rio de Janeiro: Editora Graal

_____. 1987. *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. 5ª edição (1ª edição: 1977) Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra

_____. 1988. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 6ª edição (1ª edição: 1972). Rio de Janeiro: Editora Vozes

PACHECO, Tânia. 2004. *Sustentabilidade, Meio Ambiente e Democracia no III FSM: visões e concepções*. Rio de Janeiro: FASE/BSD/FBOMS

PINAZZA, Luiz Antonio e ARAÚJO, Ney Bittencourt. 1993. *Agricultura na Virada do Século XX. Visão de agribusiness*. São Paulo: Editora Globo/Abag

PEREGALLI, Enrique. 1997. *Como o Brasil Ficou Assim?* São Paulo: Global Editora

PUNTONI, Pedro. 2002. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil* - 1650-1720. São Paulo: Editora Hucitec

QUINTILIANO, Aylton. s/d. *A Guerra dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Reper

REIJNTJES, Coen, HAVERKORT, Bertus e WATERS-BAYER, Ann. 1999. *Agricultura para o Futuro. Uma introdução à agricultura sustentável e baixo uso de insumos externos*. Rio de Janeiro/ Leusden-Holanda: AS-PTA/ILEIA

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. 1996. *Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras

ROCQUEA, Carlos. 1984. *Cabanagem. Epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial

SINGER, Paul. 2000. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). (org), *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

SOUZA, André Ricardo, CUNHA, Gabriela Cavalcanti e DAKUZAKU, Regina Yoneko. 2003. *Uma Outra Economia é Possível. Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Editora Contexto

TAVARES, Maria da Conceição. 1972. *Da Substituição de Importações ao capitalismo Financeiro. Ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina Vergulino. 1967. *A Rodovia Belém-Brasília - estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE

_____ (coord). 1979. *A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro: IBGE.